

PROFESSORES DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS DEIXAM DE RECEBER PARTE DE SEUS SALÁRIOS

Já estamos em abril e existe um número expressivo de docentes que estão recebendo salários defasados. As alterações devem-se principalmente a desencontros entre informações administrativas que, em sua maioria são decorrentes das novas regras para abertura de turmas divulgadas no início do semestre.

A Divisão de Recursos Administrativos ainda não tinha um número preciso dos docentes prejudicados, o que deverá acontecer até terça-feira, 17/3, mas informava que os professores prejudicados por eventuais falhas ou que devam ter novas alterações em sua ficha cadastral serão ressarcidos em folha complementar no dia 23/4.

A APROPUC enviou carta à Fundação e à Reitoria lembrando os prejuízos que estes atrasos de salário acarretam aos professores. Explicando que não se trata unicamente de uma devolução, mas que o procedimento contradiz a Constituição Federal, a Convenção e o Acordo Interno, que estabelecem multa e juros em caso de atrasos (veja texto ao lado). Na quinta-feira, 12/4, a diretoria da APROPUC teve um encontro com a Fundação São Paulo, onde estava presente também a coor-

denadora da DRH, Angela Rena. O padre Rodolpho Perazzolo reafirmou o que a Fundação já havia informado em carta à APROPUC, ou seja, que a mantenedora paga regularmente os salários, de acordo com as certificações providas das direções de faculdades e confirmadas pela SAE. Mas a professora Betriz Abrami- des ressaltou que há sim professores sem receber parte de salários, mais do que isto está havendo um sério descompasso com relação à transmissão de informações entre chefias acadêmicas, SAE e DRH. Os projetos pedagógicos, que deveriam ser o referencial de todo o processo, não são discutidos e não são incrementados pelas instâncias administrativas, o calendário de matrículas, bem como a realização de vestibulares complementares da maneira como são realizados provocam o fechamento de boa parte das turmas.

Também no dia 12/4 ocorreu uma reunião com a Reitoria, ao final da tarde. Para esta semana está programado um novo encontro com a Fundação São Paulo, no dia 17/4 onde a APROPUC pretende dar continuidade à discussão para o ressarcimento devido aos professores a partir dos dados coligidos pela DRH.

Carta da APROPUC à Reitoria e à Fundação São Paulo

Como já é do conhecimento dos senhores, neste mês professores da PUC/SP de vários departamentos foram surpreendidos com o não pagamento integral dos salários, bem como sem a discriminação das horas trabalhadas o que não deve prevalecer.

O salário é protegido pela CF/88 e sua retenção dolosa, ou seja, o não pagamento pelo empregador, constitui crime, artigo 7º, inciso X da CF/88.

Salário tem natureza jurídica alimentícia e se destina a manutenção da sobrevivência do indivíduo, seu pagamento deve ser pago pontual e integralmente.

O salário deve ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho.

O pagamento parcial de salário implica no atraso do seu pagamento, uma vez que não foi pago na sua totalidade.

O Acordo Interno de Tra-

balho em vigor prevê o pagamento de multa diária de 1/50 (um cinquenta avos) do salário bruto em favor do professor em caso de atraso no pagamento de salário (cláusula 11ª, Parágrafo Primeiro).

A Convenção Coletiva da Categoria também prevê a mesma multa por atraso de salário, conforme cláusula 7ª.

Portanto, a APROPUC solicita esclarecimentos da Reitoria e da FUNDAÇÃO SÃO PAULO a respeito desta irregularidade que viola a Constituição Federal, a Convenção Coletiva da Categoria e o Acordo Interno de Trabalho de 2012, como também o pagamento da respectiva multa a todos os professores prejudicados pela falta de pagamento total de seus salários.

Ficamos no aguardo de uma breve resposta.

Diretoria da APROPUC

SUCESSÃO

Anna Maria Cintra fala ao PUCviva e se declara candidata à Reitoria da PUC-SP

Páginas 3 e 4



MARINA DAQUINO

EDITORIAL

Coisas da política burguesa

A denúncia de que Demóstenes Torres, homem forte do DEM, estava envolvido com o mafioso Carlinhos Cachoeira causou surpresa. O senador havia se destacado como um píncaro da ética e da moralidade. Como poderia, logo ele, que tanto denunciou e combateu o que se denominou "mensalão" do PT, ganhar as páginas dos jornais como um homenzinho comandado por um bicheiro, traficante, quadrilheiro, assassino?

Demóstenes Torres ocupa um cargo de magna grandeza no Congresso, na República e no partido da idoneidade denista. Em nossa memória ainda soam o discurso e o seu timbre de voz convencida da certeza do ataque àqueles que usam o poder do Estado e os cargos públicos para traficar, roubar, falsificar, adulterar, surruiar, etc. Nessa linha, se destacou na crise do mensalão. Demóstenes não é um porqueira qualquer da política burguesa. Elevou-se à condição de agente de primeira grandeza do DEM e de proeminente senador opositorista.

Na verdade, porém, não há motivo para surpresa. Muitos que sentiram o gosto da exclamação "ah! até você Demóstenes", sabem no íntimo que a revelação de seu caso com o Cachoeira não abriga imprevisto. Há alguns políticos da burguesia que ainda mantêm uma imagem santificada: "esse eu garanto que não tem o rabo preso"; "por esse eu ponho a mão no fogo" ou "fulano não faria essas coisas" - sem dúvida, se dirão tais frases nas ruas. Como admitir que não se pode confiar em nenhum dos politiqueros? Como admitir que os partidos da burguesia, sem exceção, estão prenhes de cupins, traças, ratos e baratas cascudas? Ou, como aceitar que a República, a democracia e a governabilidade se materializam por meio desses homens e partidos?

Se o leitor acha que exageramos, que faça um exame da situação política com as lentes que procuram os fatos e a cadeia de relações causais. Neles e nelas, vão se deparar com a decomposição política dos partidos da ordem econômica. E por quê? Porque expressam o esgotamento histórico do sistema capitalista de exploração do trabalho e acumulação de capital. O Estado, com toda sua complexidade institucional, forçosamente, funciona condicionado

pela economia e relações sociais. Em sua interdependência reflete as bases monopolistas da produção, o capital financeiro concentrado, os interesses particulares de grupos econômicos, o tráfico e toda sorte de disputa pelo mercado. Os partidos, instituições e burocracia estatal se voltam inteiramente ao movimento dessa base material da sociedade.

Não é de estranhar que a política burguesa está profundamente penetrada de quadrilheiros, abarcando os três poderes da República. Uma das consequências fundamentais desse fenômeno histórico está em que os poderes do Estado e a sua democracia servem tão somente a uma pequena camada da população, ou seja, à burguesia e à alta classe média. As massas que labutam no dia-a-dia para conseguir um salário mínimo de fome ou um pouco mais não têm nenhuma influência sobre a condução do Estado. De quando em quando, são chamadas a votar e a eleger aqueles que poderão fazer o que bem entenderem, observando apenas a preservação dos interesses capitalistas, a continuidade da exploração do trabalho e a governabilidade. Quanto mais o Estado expressa a economia concentrada (monopolista e imperialista), mais rigidamente serve à acumulação de riqueza nas condições de crise estrutural do capitalismo e mais se fecha a qualquer tipo de influência da classe operária e dos demais oprimidos.

Uma das características dos conflitos políticos no seio do Estado é o do choque de quadrilhas abrigadas nos partidos e na burocracia. É o que mais uma vez estamos assistindo com o caso Demóstenes que envolve inúmeros parlamentares, governadores e autoridades. Não se deve surpreender, portanto, com o fato de governo e oposição concordarem com uma CPI. Todos têm interesse de chegar ao empate. Nenhum é mais ladrão que o outro, e nenhum é menos ladrão que o outro.

Entendemos que é preciso fixar uma posição de classe sobre a corrupção e a decomposição política. Somente a classe operária organizada pode pôr de pé um Tribunal Popular contra os desmandos dos politiqueros e dos partidos da burguesia.

Diretoria da APROPUC



Os professores José Paulo Netto e Bia Abramides em debate na sede da APROPUC

MARINA D'AQUINO

José Paulo Netto analisa o legado marxista e o Serviço Social

O professor José Paulo Netto esteve na APROPUC no dia 9/4 para falar sobre o legado do marxismo na formação humana e profissional em Serviço Social. Lecionando atualmente na graduação da UFRJ e na pós da PUC-SP, ele resgatou o histórico do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM), que entre 1992 e 2002 se tornou referência acadêmica nacional e internacional no tema.

"Depois de quatro anos foi que começamos a colher os frutos, no Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS). Depois fomos à Angola, Argentina e Portugal", lembrou o professor. Ressaltou também que para alcançar este sucesso foram fundamentais a solidariedade e a convivência do NEAM, sempre ligadas pelo sentimento de "inter-ajuda" do grupo. "Depois de tantos anos de neoliberalismo, o comum é a re-

produção da competitividade e do individualismo, mesmo no mundo acadêmico. Fizemos diferente no NEAM", disse.

A busca permanente pela relação entre a prática e a teoria de Marx, mais que do marxismo, sempre foi um dos objetivos centrais do núcleo, que se propôs a "ir direto à fonte". "O NEAM contribuiu para sustentar debates e argumentações acadêmicas, qualificando o curso de serviço social a partir das reflexões e posições de Marx", encerrou José Paulo Netto

Após 10 anos, o NEAM voltou às atividades de pesquisa no início deste ano, sob a orientação de Bia Abramides, professora do curso Serviço Social e diretora da APROPUC. Hoje, reúne em torno de 15 pós-graduandos e pretende contribuir para o renascimento da teoria marxista neste movimentado início do século XXI.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marina D'Aquino, Anna Gabriela Coelho, e Roberto de Oliveira

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

SUCESSÃO

"Precisamos de um choque de gestão, mudar a forma de discutir as coisas"

Anna Maria Marques Cintra está na PUC-SP desde 1962, como aluna, e desde 1966, como professora. Por mais de 11 anos foi chefe do departamento de Língua Portuguesa, na atual Faficla, diretora do Centro de Ciências Humanas na gestão da professora Nadir Kfourí, vice-reitora acadêmica nas gestões do professor Luiz Eduardo Wanderley e da professora Leila Bárbara, e vice-presidente da Comissão Geral de Pós Graduação na gestão da professora Maura Véras, assumindo a direção após a saída da professora Maura para a reitoria.

Em entrevista ao PUCviva, Anna Cintra se declara disposta a concorrer à reitoria da PUC-SP em 2012, juntamente com o professor José Martinez, diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Sorocaba. Aqui ela fala sobre sucessão, maximização, liberdade de cátedra, projeto para a universidade, entre outros temas que deverão compor o seu programa.



MARINA DAQUINO

SOBRE A ATUAL GESTÃO

Não estou participando de nenhum órgão de decisão diretamente, porém avalio que a grande dificuldade na atual gestão é a falta de um projeto acadêmico que dialogue com a Fundação, pois ela tem a sua função e a Reitoria tem outras atribuições, e este trabalho deve ser complementado a partir de propostas concretas. Acho que é um pouco estranho como a pesquisa está sendo tratada. A pesquisa deveria ser valorizada em todos os níveis, tanto na pós como na graduação, afinal a universidade é pesquisa.

A relação com a Fundação São Paulo deve partir de um diálogo a partir de projetos. Temos que ter uma equipe capaz - e o meu modelo de equipe é aquele do professor Luiz Eduardo Wanderley e de Nadir Kfourí. Um dos maiores problemas é que anteriormente o reitor acumulava o cargo de Secretário Geral da Funda-

ção. Mas hoje, com a separação das funções, eu vejo a possibilidade de um diálogo bastante qualificado, que não seja apenas conversa fiada, mas propostas concretas. Nós temos de sair do modelo velho e entrar em um modelo mais propositivo.

PERDA DE ALUNOS

O desafio de perda de alunos deve entrar numa discussão de sustentabilidade, para que os preços cobrados e a qualidade dos cursos, assim como o tempo gasto pelo aluno aqui dentro sejam compatíveis com o mercado, porque nós já reformamos todos os nossos cursos na base da hora-aula e depois descobrimos que o correto é a hora-relógio, onde sobram 10 minutos por hora. Assim, temos que redesenhar este modelo para ver o custo dos cursos. Só para dar um exemplo, eu não gostaria de afirmar que todos os cursos tecnológicos deveriam ficar em 1600 horas, mas temos que fazer uma análise para ver se eles fic-

ariam em torno desta marca, pois não podem ficar com 2600 horas, senão teremos um bacharelado fora do lugar. É claro que vamos ter problemas de várias naturezas, mas agora ou revemos estes critérios ou os cursos acabam, porque o fato é que estamos perdendo muitos alunos.

Na educação continuada, por exemplo, nós temos que atender ao mercado, ver o que o mercado quer, e nós estamos com cursos velhos. Tenho a sensação de que o mundo mudou e nós estamos presos a valores antigos. Quando eu estava na Escola de Comunicações e Artes (ECA), lembro-me que quando abríamos um edital se destinava aos doutores. Quando não conseguíamos um doutor, baixávamos para mestre, mas nunca abríamos edital para auxiliar de ensino. O próprio MEC descarta o auxiliar de ensino para entrar em sala de aula. Então, eu tenho a impressão que o cenário mudou e nós precisamos parar para pensar.

MAXIMIZAÇÃO

A maximização terá vindo para ficar se nós não mexermos no resto. Se for para deixar como está nós não teremos saída. Hoje, temos cursos com 35000 horas, além do mínimo do MEC, que são caros para se manter e caros para o aluno. Se formos capazes de mexer nesta parte acredito que poderíamos repensar a maximização, mas tudo é um conjunto de coisas que temos de enfrentar juntos. Porque se continuarmos na linha do "deixa como está para ver como é que fica" a maximização ficará mesmo.

Gostaria de dar um exemplo concreto: no Programa de Pós em Língua Portuguesa nós perdemos muitos alunos porque o professor, principalmente o da rede pública, não tem condições de pagar o preço da PUC-SP, por isso eu fiz uma proposta, juntamente

continua na próxima página

continuação da página anterior

com a professora Dieli Vesaro, baseada em um modelo que eu vi na PUC-RS, onde os cursos tinham 24 créditos no mestrado e 27 no doutorado, o que era suficiente para a formação do docente.

Este projeto já está tramitando desde 2010. Agora nós sempre trabalhamos integrados pós e graduação e decidimos fazer um revezamento: somos em 14 professores, e orientamos o ano todo. Sete dariam aula na pós, no primeiro semestre, e sete no segundo. Fizemos um estudo financeiro e vimos quanto o aluno economizaria. O resultado foi que hoje aumentamos a demanda em 40%. Até agora eu não examinei com detalhes o texto do novo contrato aprovado pelo Consun. Segundo a professora Maria Amália, o novo texto resolve a diretriz do MEC que prevê somente oito orientandos por professor. O que eu também ouvi é que ele aumenta o orçamento em 11%, e este está sendo o entrave. Mas é uma proposta que precisa ser estudada.

ASSOCIAÇÕES E NOVA REITORIA

Em primeiro lugar precisaríamos sentar e conversar com as associações para definir o papel das entidades. Eu me lembro que quando começamos na época do Aluizio Mercadante era realmente um sonho. Eu, como professora, me desencantei em vários momentos com a APROPUC. Eu esperaria que ela voltasse a ser a associação que a gente espera que uma universidade tenha, e que haja um debate propositivo e não

uma coisa agressiva como vimos em alguns momentos. Se eu fosse perguntada sobre qual a função de uma associação, sinceramente, não saberia mais responder. Talvez em primeiro lugar associar o seu grupo e ter uma diretoria que tenha propostas interessantes e com projetos de trabalho. Pelo que eu sinto, hoje, a APROPUC e a AFAPUC estão mais relacionadas com a Fundação do que com a Reitoria.

o mercado, não adianta trabalharmos sem atualização.

Outra ideia que nos ocorre é quanto aos nossos colegiados, que devem continuar tendo o caráter que têm, mas nossos representantes não repassam o que acontece para a comunidade. Dessa maneira, nós pensamos em fazer reuniões abertas quando as faculdades pedirem, porque eu tenho a impressão de que gastamos um tempo enorme com as comissões que for-

católica de formação. Eu entendo que a discussão é aberta e não há tema que não possa ser discutido, mas os princípios da Igreja têm que ser respeitados, mesmo porque existe um documento do Vaticano para ser respeitado.

A PUC-SP não era uma universidade católica no sentido que hoje está tendo, era bem aquela ideia de "faça o que quer", sem uma relação direta com a Igreja. A relação que tínhamos era somente via reitoria e bem pouca. Mas a coisa mudou e eu vejo que não temos que nos colocar frontalmente contra os princípios, afinal eles estão no estatuto da universidade, e se existe gente que não concorda com isto teria que se retirar.

Creio que o professor poderá discutir temas polêmicos como o aborto, mas se ideologicamente ele for exigir dos alunos ou colocar o seu posicionamento, acho complicado, e precisa ver se a matéria dele comporta esta discussão.

Acredito que futuramente possa existir até uma posição mais dogmática, mas hoje eu entendo que discutir pode, mas se vou lá para impingir a minha opinião, aí já acho complicado.

SOBRE A LISTA TRÍPLICE

Bem, a regra do jogo está dada, mas eu vou dizer ao contrário. Se eu for a primeira e não for a escolhida, eu vou ficar triste, mas vou respeitar. Nós já tivemos esta situação na PUC-SP com a Teologia, na USP com o atual reitor, e eu acho que a regra está colocada. Eu não sei se o nosso grupo como um todo aceitaria, mas a regra do jogo é esta. Se você não aceita a regra do jogo, não participa.

"Eu entendo que a discussão [dentro de sala de aula] é aberta e não há tema que não possa ser discutido, mas os princípios da Igreja têm que ser respeitados. [...] Existe um documento do Vaticano para ser respeitado."

PRIORIDADES

Nós estamos formulando as nossas propostas. Em primeiro lugar, vamos privilegiar um projeto acadêmico bem forte, para resgatar a área acadêmica da PUC-SP. É isso o que estamos discutindo com as duas pessoas que, se ganharmos, irão compor a pró-reitoria. Temos alguns princípios como a autonomia da universidade e autonomia acadêmica, o que não significa nós fazermos o que nos der na cabeça. Porém, temos uma mantenedora com a qual temos de dialogar, porque senão nós fazemos aqui, e somos barrados ali.

Quanto à educação continuada, pretendemos ter algo que atenda as nossas necessidades, porque hoje ela caiu violentamente. Agora, se você quer NBA é para

mamos na PUC-SP, já que não temos alguém que pense numa proposta. E mesmo no caso das associações, seria interessante se fizéssemos isso: temos uma proposta, vamos discutir a ideia?

Creio que nós estamos precisando de um choque de gestão. Mudar a forma de discutir as coisas. Mas sempre tendo um chão para partir, porque hoje estamos sem.

LIBERDADE DE CÁTEDRA

Em primeiro lugar pode-se discutir tudo. Mas com relação a determinados assuntos, temos que entender que a PUC-SP é da Igreja. Eu não acredito que possamos inventar outra PUC-SP porque esta é da Igreja Católica. Este fato não me incomoda porque eu sou

FALA COMUNIDADE

Manifesto do departamento de Jornalismo à comunidade puquiiana

Nas últimas semanas, o Departamento de Jornalismo da PUC-SP tem sido alvo de constantes ataques, descritos em seguida. Os ataques são a culminância de um processo mais longo e dramático, marcado pelas péssimas condições de estrutura básica para a atividade pedagógica, especialmente após a demolição dos prédios situados no "corredor da Cardoso".

Como amplamente documentado e encaminhado às instâncias competentes da PUC-SP, as salas de aula são precárias e não raro estão superlotadas, com déficit de cadeiras. Os laboratórios são insuficientes para abrigar os estudantes, e os aparelhos de ar condicionado não funcionam, tornando o ar irrespirável em dias de forte calor. Os estudantes foram desalojados da sala que servia de sede ao Centro Acadêmico Benevides Paixão, sem que lhes fosse assegurado outro espaço para reuniões e/ou convivência.

Quando acreditávamos que nada de pior poderia ainda acontecer, vieram os novos ataques:

1. 11 de março: o bispo D. Luiz Gonzaga Bergonzini de Guarulhos pediu a demissão do professor Leonardo Sakamoto, do Depto de Jornalismo, sob a acusação de defender a "liberação do aborto", o que afrontaria os "princípios cristãos e o catolicismo". Para o bispo, docentes favoráveis à descriminalização do aborto, à prática da eutanásia, ao direito de usar maconha, ao livre exercício da sexualidade ou aqueles que são "comunistas" deveriam procurar outra instituição que não escolas católicas. O próprio reitor prof. Dirceu de Mello manifestou-se publicamente contra o posicionamento do bispo - um religioso estranho à comunidade

de puquiiana -, por atentar contra a liberdade de cátedra.

2. 14 de março: o chefe do Departamento recebeu do reitor Dirceu de Mello a informação de que o professor Marcos Cripa não seria promovido ao quadro de carreira, contrariando uma indicação assumida pelo Departamento de Jornalismo e amplamente sustentada por razões e fatos que foram arrolados em dossiê detalhado, enviado para apreciação da reitoria no dia 21/11/2011. No lugar do professor Cripa, foi promovida a professora Célia Regina Menezes de Mello, cuja candidatura ao quadro de carreira foi apenas possibilitada por uma informação que foi encaminhada ao Departamento de forma equivocada pela direção da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (Faficla), conforme reconhecido pela própria diretora professora Sandra Rosa Mráz e conforme consta do dossiê enviado à reitoria. Ao barrar a candidatura do professor Cripa e promover a professora Célia, a PUC-SP puniu a vítima do erro, premiou quem não poderia e afrontou uma decisão autônoma do Departamento de Jornalismo.

3. 15 de março: o Departamento foi surpreendido pela informação de que o Conselho Administrativo (Consad) pretendia cortar a verba destinada à impressão do jornal laboratório Contraponto, com 12 anos de existência e ganhador dos prêmios de melhor jornal laboratório do Brasil e o Vladimir Herzog de 2007 (na categoria "novos talentos do jornalismo"). A decisão foi revertida após um posicionamento imediato no sentido contrário, assumido pela direção do Departamento e encampada pelos estudantes, que

se mobilizaram imediatamente contra a ameaça.

4. 22 de março: nova surpresa aguardava o Departamento: os professores começaram a ser "convidados" a depor perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo da PUC-SP, mobilizada por uma professora que acusa alguns de seus pares de prática de "assédio moral", com base até mesmo em e-mails enviados a ela em caráter privado e individual, extraídos de seu contexto e pinçados a dedo para dar a impressão de algo que se quer provar. Aparentemente, a Comissão Permanente aceitou o jogo arbitrário e unilateral de coleta de "evidências" e interroga os professores do Departamento com uma celeridade sem precedentes nas práticas institucionais da PUC-SP.

Os fatos são inequívocos. Há uma articulação em curso, destinada a atingir o Departamento de Jornalismo da PUC-SP. Não sabemos quem são os seus organizadores, nem quais são os objetivos, mas é óbvio que se trata de uma articulação de natureza autoritária (pois rejeita o exercício dos mais elementares direitos e liberdades democráticas), obscurantista (pois rejeita a liberdade de cátedra), manipuladora (pois adota procedimentos questionáveis, do ponto de vista jurídico, para conduzir investigações) e imoral (pois não diz exatamente a que veio, mas adota mecanismos e meandros burocráticos para atacar seus supostos adversários, ainda quando isso signifique prejudicar os estudantes e a própria universidade enquanto tal).

Observamos, finalmente, que tais ataques acontecem, talvez não por coincidência, justamente quando amadurece o projeto de criação de uma Faculdade de Jornalismo, e às vésperas de um novo

processo eleitoral que se configura como um plebiscito que dividirá a comunidade puquiiana entre aqueles que defendem a liberdade de cátedra e os que querem submeter a universidade ao jugo obscurantista dos setores mais reacionários, conservadores e intolerantes da Igreja Católica.

O Departamento de Jornalismo não vai aceitar passivamente a pressão que sobre ele se abate por entender que essa mesma pressão é destruidora de tudo o que há de melhor na história da PUC-SP. O Departamento de Jornalismo se coloca em defesa da PUC-SP representada por D. Paulo Evaristo Arns e pela professora Nadir Kfoury, pela PUC-SP que resistiu aos ataques da ditadura militar, pela PUC-SP que ainda resiste à sanha destruidora dos mecanismos neoliberais que querem fazer da universidade - de qualquer universidade - um mero centro de adestramento profissional. O Departamento de Jornalismo adotará todas as medidas ao seu alcance para divulgar ao máximo esse debate, de modo que a opinião pública em seu conjunto tenha a possibilidade de tomar conhecimento do que aqui se passa. A PUC-SP tem uma história que é patrimônio do povo brasileiro. Não vamos ver essa história ser atirada à lata de lixo.

Professores do Departamento de Jornalismo da PUC-SP

Assinaram o documento: *José Arbex Jr., Marcos Cripa, Francisco Camelo, Cristiano Burmester, Renato Levi, Salomon "Samuca" Cytynowicz, Silvio Mieli, Leonardo Sakamoto, Hamilton Octavio de Souza, J. S. Faro, Luiz Carlos Ramos, Julio Wainer, Laís Guaraldo, Valdir Mengardo, Rachel Balsalobre, Sérgio Pinto de Almeida, Douglas Canjani, Elias Novellino*

Controle da informação e neobarbárie na Amazônia

Rosaly de Seixas Brito

Quando tomei conhecimento da sentença que condenou o jornalista Lúcio Flávio Pinto (Jornal *PUCviva*, 2/12/11) por ter denunciado em seu jornal o maior grileiro de terras do país, Cecílio do Rego Almeida, e em seguida fui convidada a participar deste ato, imediatamente me veio à memória de forma muito viva outro ato de desagravo quase idêntico há exatamente sete anos, em janeiro de 2005, em função da agressão física desferida então contra Lúcio pelo diretor corporativo das Organizações Romulo Maiorana, Ronaldo Maiorana, no Restô do Parque, fato que deixou a cidade estupefata em uma sexta-feira de triste memória.

Hoje o agressor é outro, mas não resta dúvida de que a motivação é exatamente a mesma: a tentativa de calar uma das vozes mais qualificadas, contundentes e singularmente representativas dos interesses da maioria da população da região amazônica que, todos sabemos, historicamente tem sofrido todas as formas de espoliação.

Seja pelas riquezas naturais saqueadas, seja pela adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses das elites locais, nacionais e internacionais, ou pela distorcida imagem da região que circula nos aparatos da indústria global da mídia, em que a Amazônia é mostrada como um lugar anacrônico e de populações invisíveis - ou, o que é quase a mesma coisa, despreparadas para gerir sua própria história -, a região amazônica, pela sua importância na geopolítica global, é, sem dúvida, um dos alvos preferenciais das diferentes formas de exclusão promovidas pelo capitalismo desde o pós-guerra.

O triste e insano episódio que presenciamos agora, em

que Lúcio Flávio foi condenado a indenizar quem roubou as terras do povo amazônico, traduz de forma inequívoca os desmandos e a inversão de valores que predominam no Estado brasileiro. Os que andam dentro da lei e defendem os interesses da cidadania são punidos, enquanto os que afrontam a lei e atentam contra os interesses da sociedade ficam à solta e realimentam em benefício próprio, à sombra da impunidade, um ciclo de práticas criminosas que parece não ter fim.

Trata-se de uma maldita herança da cultura política autoritária brasileira que remonta a nosso passado colonial, fortemente enraizada no clientelismo, no coronelismo e na visão patrimonialista do Estado, tratado como propriedade privada das elites. E que, já no período republicano, debilitou ao extremo a - ainda hoje tão frágil - democracia brasileira.

Outro aspecto a debilitar a democracia no Brasil, diretamente ligado ao que denunciemos aqui hoje, é o modo como operam os sistemas de mídia brasileiros. A despeito do que prevê nossa Constituição, no artigo 220 do parágrafo 5º - "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio" -, o padrão de propriedade dos meios no país, com sérias implicações sociais e culturais, é francamente monopolístico. Poucas redes controlam a comunicação no país e sobre elas existe pouca ou nenhuma regulação por parte do Estado.

A exigência de instantaneidade, a velocidade na produção da notícia, a saturação de informações que marcam a época contemporânea, entre outros, reduzem as chances de construção de uma cultura pública e de uma cidadania emancipada, já que a informação é controlada por

poderosas corporações multimídias no Brasil e no mundo, que figuram hoje entre as mais lucrativas da economia global.

Por isso mesmo, como sentença o respeitado pesquisador da área da comunicação Muniz Sodré, "a nova face da imprensa no capitalismo avançado acarreta mudanças tão profundas que põe em risco a própria existência do jornalismo". Segundo ele, a atenção do consumidor é a mercadoria mais valiosa para os grupos de mídia nesses novos tempos. Mesmo quando estamos no plano da gratuidade do acesso, esta gratuidade corresponde à estratégia de mercado para disputar o coeficiente de atenção e, com isso, atrair investidores publicitários.

Na internet, em especial, conforme o autor, as informações jornalísticas estão visceralmente associadas ao marketing e cada vez mais os grupos do setor apostam na tendência de migração dos conteúdos do jornal em papel para o ambiente online. Os interesses econômicos que presidem hoje a lógica de produção da informação, transformando-a em mercadoria, tornam muito tênue a fronteira entre o jornalismo e o entretenimento, e relativizam os critérios de aferição do que é verdade e do que é mentira, imperativos clássicos do jornalismo.

É justo nesse cenário de embaçamento de fronteiras entre o fato e a ficção, entre a verdade e a mentira, que o jornalismo praticado por Lúcio Flávio Pinto constitui um grande diferencial. Por isso suscita tanto ódio e sentimento de revanche, a ponto de por várias vezes quererem calá-lo no braço, na base da agressão física. Porque pela riqueza de fontes e de fatos incontestes de que se vale é uma forma de jornalismo "incômoda" na Amazônia e no Brasil contemporâneos. Coloca o

dedo na ferida dos poderosos e, quanto mais fere seus interesses, mais será atacado, em uma relação de causa e efeito, por essa ótica tortuosa.

Os achincalhes e a forma cínica com que o juiz Amílcar Guimarães se manifestou em seu Facebook a respeito deste episódio, admitindo com todas as letras as deformações do judiciário brasileiro, é uma peça que ilustra muito bem esta espécie de neobarbárie que estamos vivendo na Amazônia e no Brasil.

A ela respondemos com a força da nossa indignação e da nossa capacidade, sempre invencível quando queremos, de marchar na contramão e fazer valer o contrapoder. Por isso é tão importante estarmos aqui hoje. Espero que sigamos inarredáveis e não capitulemos. Não somente para defender um jornalista tão valoroso quanto o Lúcio, mas principalmente para defender a forma de jornalismo em que acreditamos e nosso direito inalienável à informação socialmente relevante.

Rosaly de Seixas Brito é jornalista e professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará

http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed685_controle_da_informacao_e_neobarbarie_na_amazonia

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Tribunal Popular da Terra julga Estado brasileiro

O Sacolão das Artes, no Parque Santo Antônio, zona sul de São Paulo, servirá de palco para a realização do Tribunal Popular da Terra, onde mais de 200 movimentos sociais de todo Brasil colocarão o Estado Brasileiro no banco dos réus, entre os dias 20 e 22 deste mês.

Desde 2008, data do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Tribunal realiza sessões regionais por todo país. Nesta sessão nacional, sob as temáticas "Povos da terra versus agronegócio", "Acumulação de capital e funcionalidade da cidade", e "disputa da terra e territorialidade", a tribuna julgará al-

guns episódios de desrespeito aos direitos humanos.

Às 10h da manhã do dia 20/4, o conflito entre MST e latifundiários na fazenda Cultralle, em Iaras (SP), estará em pauta no tribunal, promovendo a primeira sessão de instrução e a abertura do evento. Seguido de almoço e do debate sobre a concepção de cidade modelo em Curitiba (PR). À noite, após a realização dos grupos de trabalho, uma atividade cultural animará o Sacolão das Artes.

No dia 21/4, quatro sessões instrutivas estão programadas, divididas em dois períodos: "Belo Monte e megaprojetos" e "Fortaleza

- remoções da Copa" pela manhã; à tarde, "Guaranis Kaiowás - povos da terra" e "Pinheirinho - remoções forçadas". Além dos grupos de trabalho.

No último dia, depois de realizada pela manhã a última sessão de instrução - "ameaça e morte de militantes" -, a acusação e a defesa se encontrarão no tribunal para iniciar o julgamento que dará a sentença final.

Entre os nomes nacionais e internacionais confirmados para compor o corpo de júri, juízes e acusadores estão Hugo Blanco, Plínio de Arruda Sampaio, Damião Trindade e Osmarino Amâncio.

MST realiza Abril Vermelho

Famílias sem-terra da Bahia e de Minas Gerais deram os primeiros passos da jornada de lutas "Abril Vermelho", que relembra o massacre de 19 militantes do MST em 17/4/96, no município Eldorado dos Carajás (PA).

No início deste mês, as fazendas Suzano Papel e Celulose, em Mucuri (BA), e Palmeiras, em Carmo do Paranaíba (MG), foram os primeiros territórios ocupados pelo movimento, que organizou protesto também na Secretaria de Educação de Barreiras, cidade próxima à divisa baiana com Goiás.

Há anos a jornada se estende por todo país no mês de abril. Para cobrar pressa do governo federal na realização da preterida reforma agrária, o MST, que organiza em torno de 350 mil famílias em 24 estados brasileiros, promete ocupar mais de 50 latifúndios e terras improdutivas este ano.

PROTESTO CONTRA DILMA NOS EUA

No dia 9/4, em meio à visita da presidenta Dilma aos EUA, movimentos ambientalistas e ativistas pelos direitos humanos aliados ao MST promoveram uma marcha até a Embaixada do Brasil, em Washington. O julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás, que até hoje permanece impune, e o veto de Dilma à proposta do novo Código Florestal, em trâmite na Câmara dos Deputados, foram as principais reivindicações dos manifestantes.

Harry Shibata, legista da ditadura, é alvo de escracho na Vila Madalena

Harry Shibata, médico legista e ex-diretor do Instituto Médico Legal, acordou com seu rosto exposto pelas ruas de Pinheiros e Vila Madalena no sábado, 7/4. O médico foi alvo de um "esculacho popular" organizado por ativistas pelos direitos humanos, que colaram cartazes nos postes e pontos de ônibus dos bairros denunciando os crimes pelos quais Shibata é acusado.

Na ocasião, cerca de 100 manifestantes se encontraram na Vila Madalena, e em marcha ganharam o bairro em direção à casa do médico, onde carimbaram em sua garagem: "Se não há justiça, haverá esculacho popular", referindo-se à impunidade em relação aos crimes praticados sob os 21 anos de Estado de exceção.

Segundo o movimento, defensor do direito à verdade e à justiça, o médico, que está sendo processado pelo Ministério Público Fe-



Faixa pendurada em frente à casa do médico Harry Shibata

deral, ocultou o real motivo de assassinatos na ditadura militar, falsando atestados de óbito. Os casos do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto no DOI-CODI, e da jovem Sônia Maria de Moraes, que foi estuprada e teve seus seios arrancados pelos torturadores, estão entre aqueles em que o médico colaborou como cúmplice.

A zona sudoeste de São Paulo

tem sido espaço de diversas manifestações de movimentos. Na Vila Madalena e em Pinheiros grupos estão se articulando contra o avanço da especulação imobiliária e o fenômeno da verticalização nos bairros. Moradores do Condomínio Natingui I, também na Vila Madalena, organizam-se para barrar a derrubada de árvores e a devastação do meio ambiente na região.

ROLA NA RAMPA

Sociólogo sueco lança livro sobre marxismo no Tucarena



Göran Therbon, ao centro, discute seu livro no Tucarena

O professor e sociólogo especialista em marxismo Göran Therborn veio ao Brasil, a convite da Boitempo Editorial, para o lançamento de seu livro "Do marxismo ao pós-marxismo?". O evento, que aconteceu na terça-feira, no Tucarena, contou também com a presença de Ruy Braga, sociólogo e professor da FFLCH-USP, e de Ana Amélia da Silva, professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. O livro procura explicar as mudanças sociais e intelectuais radicais entre os séculos XX - "o século do marxismo" - e

XXI, quando o sistema soviético entrou em colapso na Europa e na própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e "não tem pretensão de ser uma história intelectual", como afirma o autor.

O sociólogo fez uma breve exposição sobre o assunto geral do livro, contextualizando o marxismo e outras correntes de pensamento nos últimos dois séculos.

O debate foi organizado pela APROPUC, pela Boitempo Editorial e pela Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

Pastoral promove Campanha da Fraternidade

O Serviço da Pastoral Universitária da PUC-SP realizará uma mesa redonda com o tema "Fraternidade e Saúde Pública: situação, desafios, perspectivas, o ser humano e direito ao bem viver em parceria com a Faculdade de Educação e o Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP. O evento ocorrerá no dia 19/4, às 19h, no auditório 177, no Prédio Novo do campus Monte Alegre. Os palestrantes são a Profa. Dra. Maria Helena Vilas Boas, que leciona na Pós-Graduação em Gerontologia e Ciên-

cias Sociais com concentração em antropologia da saúde, o Prof. Dr. Pe. Júlio Munaro, professor de História do Cristianismo e Bioética, e o Prof. Luiz Eduardo, pesquisador do Instituto de Saúde e integrante da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO. Para informações e inscrição no evento, entrar em contato pelo email pastoralpuc@pucsp.br ou pelo telefone 3670-8557.

Estudantes de Jornalismo realizam assembleia

Estudantes do curso de Jornalismo realizaram assembleia geral para discutir o espaço físico do Centro Acadêmico Benevides Paixão, que está sem sede desde a retirada da Faficla - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes - do corredor da Cardoso de Almeida, local que abrigava toda a estrutura dos cursos, há quase um ano. Além do CA, os departamentos dos cursos da faculdade também estão sem lugar para ficar; setores como a AFAPUC, a Rede PUC e a Agência Online de

Jornalismo ageMT foram realocados para salas no prédio da Fundação São Paulo e no Prédio Novo. Cerca de 120 alunos se reuniram na quarta, 11/4, nos períodos da manhã e da noite, no Pátio da Cruz, onde decidiram consensualmente a realização de oficinas de produção para um ato visual na universidade. Com a movimentação, os estudantes pretendem chamar atenção da Reitoria e da Fundação para a precarização que atinge diversos setores da PUC-SP, entre eles a Faficla.

Sipat realiza atividades para bem estar dos funcionários

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes 2012 programou uma série de atividades dedicadas aos funcionários sobre prevenção de possíveis problemas de saúde. Entre os eventos, estão exames como o de medição de

pressão arterial e diabetes, que ocorrerá no dia 19/4, das 9h às 17h, em frente à Biblioteca Central, e debates, entre eles tendo como tema Distúrbios Urbanos e Redes Sociais, que ocorrerá no dia 17/4, às 13h30, no auditório 117.

Consad adia decisão sobre monografias no Direito

A reunião do Conselho de Administração na quinta-feira decidiu não atender ao pedido dos alunos do 5º ano do curso de Direito de inclusão da pauta sobre a antecipação da entrega das monografias. O reitor Dirceu de Mello e os conselheiros, ao ficarem sabendo que o Centro Acadêmico 22 de Agosto marcou uma reunião para discussão da pauta com o Pe. Rodolfo Perazzolo, decidiram adiar as decisões em relação aos prazos que os alunos terão para entregar os TCC. Durante a reunião, o Con-

sad ainda homenageou a irmã Valdete, que completa cinquenta anos de PUC-SP em 2012. Novamente, o conselho não discutiu a questão do espaço físico das entidades da Faficla, bem como o espaço do CA Benevides Paixão e das coordenações de cursos.



No Consad alunas de Direito protestam contra a decisão sobre a entrega de TCCs